



SEÇÃO TEMÁTICA

**Territorialidade, prostituição travesti e ativismo na voz de Linn da Quebrada**

Letícia Carolina Boffi, *Universidade de São Paulo (USP)*

Manoel Antônio dos Santos, *Universidade de São Paulo (USP)*

Resumo. Este estudo tem como objetivo articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual por meio do viés artístico e performático da cantora e compositora Linn da Quebrada. A pesquisa concentrou-se na análise documental da composição musical *Mulher*. Mobilizamos o ativismo travesti para amparar nossa análise, que permitiu explorar questões subjetivas e sociais vivenciadas pelas travestilidades na realidade brasileira periférica. Na poética contundente da compositora, o trabalho sexual é subjetivado não apenas como meio de subsistência, mas espaço de resistência, como possibilidade de (re)existência circunscrita pela territorialidade marginal. Na composição musical a arte é trabalhada para problematizar as práticas, saberes e experimentações que emanam dos corpos trans e travestis, ao permitir reescrever suas existências pelo vértice do questionamento das matrizes identitárias em não conformidade com as normas de gênero. Notamos que o sofrimento aflora simultaneamente com um movimento de gozo pela reafirmação do eu lírico travesti, enunciador do texto, ao exercitar a liberdade de transitar com fluidez e sensibilidade pelas vielas dos gêneros. A performatividade é urdida e guiada pela bússola do ativismo, que dissolve as fronteiras entre arte e vida.

PALAVRAS-CHAVE: Travestilidade. Transexualidade. Territorialidade. Prostituição. Identidade de gênero.



Introdução

Ao longo deste estudo pretendemos explorar as potencialidades de uma composição musical de Lina Pereira, a Linn da Quebrada, para articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual pelo viés artístico e performático. Neste texto, investimos no ativismo travesti como arcabouço teórico-conceitual, aqui utilizado para amparar a análise crítica da produção musical de pessoas trans. Para tanto, elegemos a obra provocativa de Linn da Quebrada, que se apresenta como “artista multimídia, cantora, *performer*, terrorista de gênero, nem ator nem atriz, atroz” (NEXO JORNAL, 2018).

Ativismo travesti

A análise crítica da produção musical de pessoas trans é um campo recente de pesquisa, que tem se mostrado profícuo para desvelar experiências significativas de identidades de gênero historicamente subalternizadas e estigmatizadas. Partimos do princípio de que a arte engajada tem os pés fincados nas circunstâncias históricas e sociais nas quais é produzida e disseminada.

Segundo Colling (2019), a aparição de artistas e/ou coletivos que problematizam as normas de gênero e sexualidade no Brasil da última década situa-se na confluência de diversos fenômenos. Podemos destacar a onda conservadora e reacionária que se intensificou nos últimos anos, a expansão do acesso às novas tecnologias com a massificação das redes sociais digitais, o fortalecimento dos estudos de gênero e sexualidade, a ampliação das temáticas LGBTQIAPN+ na mídia em geral, a emergência de diversas identidades trans e não binárias e a ausência de espaços de acolhimento da diversidade dentro do próprio movimento LGBTQIAPN+. Colling (2019) considera que esses fenômenos contribuíram para incrementar a cena ativista das dissidências sexuais e de gênero.

Ao examinarmos o atual contexto histórico, político e social, entendemos que *ativista* é uma expressão utilizada para se referir a artistas que produzem uma arte com proposta política explícita (COLLING, 2019), exercendo sua forma de ativismo pela via da produção artística. Raposo (2015, p. 4) afirma que:

Artivismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polémicas



entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. [...]. A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Ativismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística.

O(a) artista utiliza a arte como potencializadora do ativismo político, social e identitário, a fim de expressar sua visão de mundo e sua leitura sobre a vida por meio de produções heterogêneas como música, vídeo, cinema, teatro, pintura, escultura, literatura, performance, arte de rua ou intervenção urbana. É o caso de Linn da Quebrada, cantora, compositora e ativista social brasileira.

Nascida na periferia da capital paulista, em uma área empobrecida da Zona Leste, foi criada no interior de São Paulo. Sua educação foi moldada pelos princípios familiares influenciados pela religião cristã. A mãe era empregada doméstica e o pai as deixou quando Lina tinha sete anos. Abandono paterno, forte vínculo religioso e mães chefes de família constituem uma tríade comum nas vivências das juventudes das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros (ROCHA; REZENDE, 2019). Após enfrentar as normas coercitivas da comunidade de Testemunhas de Jeová a qual pertencia, Lina Pereira passa a se entender como tal, quando se aceita inicialmente homossexual e, posteriormente, travesti. Com a criação da *persona* artística Linn da Quebrada, ela passa a exprimir sua realidade periférica já no novo nome.

Linn da Quebrada se autoidentifica como “bixa, preta, trans e periférica” (SOUZA; BALIEIRO, 2021, p. 2), desenhando os contornos de sua identidade a partir de uma subjetividade artística única e transgressora. A artista conta, sem dramatizar, que enfrentou um câncer nos testículos, diagnosticado em 2014, que a levou a se submeter a um longo e complexo tratamento por três anos, tendo alcançado a remissão da doença em 2017. Naquele ano, mobilizando recursos tecnológicos e audiovisuais para produção e divulgação de sua música e de seus videocliques de maneira independente, Linn da Quebrada lançou o álbum de estreia *Pajubá*. Antes mesmo do lançamento do álbum completo, o primeiro sucesso havia sido antecipado em 2016, quando a faixa *Enviadescer* foi divulgada no YouTube.

O álbum *Pajubá* destaca-se pelas letras fortes e irreverentes de suas 14 faixas. Enquanto obra autoetnográfica, as canções narram a experiência de ser travesti, especialmente travesti negra e periférica.



Esse processo é descrito por Muñoz (1999) como “performance autoetnográfica”, movimento impulsionado pelos dramas pessoais e enfrentamentos vividos pela artista, que se potencializa em ética e estética de luta e resistência.

Linn da Quebrada não apenas canta a partir de si mesma, como convoca toda uma categoria social para gritar com ela, a plenos pulmões, seus prelúdios de sobrevivência fora da cisheteronormatividade, problematizando a territorialidade e os caminhos do trabalho sexual. As faixas do álbum tematizam as experiências corporais e sociais das travestis em sua luta diária para (re)existir. São fruto de um projeto de arte entendida como ato político, assim como ela própria, empenhada em construir sua subjetividade coletiva de resistência ao apagamento e silenciamento da comunidade travesti.

Em 2019 foi lançado o primeiro *remix* do álbum e, em 2020, o segundo, respectivamente, *Pajubá Remix I* e *Pajubá Remix II*. Rocha e Rezende (2019) destacam como essa dinâmica “empreendedora” tem sido apropriada por jovens das periferias paulistanas como meio de romper as artimanhas da exclusão social e forjar um espaço de legibilidade e reconhecimento, por meio da disseminação de produções artísticas pelas plataformas on-line.

Nas *performances* ao vivo nos *shows* que realiza, Linn da Quebrada apresenta suas músicas de modo visceral, expondo sem pudores as experiências de construção de sua identidade, a partir da ruptura social que seu corpo dissidente provoca e dos atravessamentos da racialidade e transfobia. É uma art(v)ista contemporânea que desperta incômodo ao tecer reflexões contundentes por meio de suas produções e performances, tal como se nota na canção *Mulher*. Essa faixa desconstrói os estereótipos associados à mulheridade, expondo as tensões entre identidade, biologia e performatividade de gênero por uma perspectiva política e crítica que desafia a cisheteronorma e questiona as imposições de gênero que marginalizam e segregam os corpos dissidentes.

Considerando esses pressupostos e, especialmente, a possibilidade de explorar a atuação artística/política, este estudo tem como objetivo articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual por meio do viés artístico e performático da cantora e compositora Linn da Quebrada.



Método

Para alcançar o objetivo proposto, focalizamos a canção *Mulher*, composta por Linn da Quebrada, selecionada por sua potencialidade de evidenciar questões subjetivas e sociais que atravessam as travestilidades na realidade brasileira periférica. Não se trata aqui de analisar uma narrativa poética de modo automatizado, mas de se permitir uma leitura fluida, corporificada e politizada de uma produção artística que tematiza a (re)existência travesti.

Utilizamos a abordagem qualitativa, a partir da análise documental. A pesquisa documental é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5). Por documento, entende-se toda e qualquer fonte de informações consideradas úteis ou de interesse para a elucidação de um determinado fenômeno. O mais comum é utilizar documentos impressos, porém existem também os documentos sonoros e visuais, como fotografias, discos e vídeos (LAVILLE; DIONE, 1999). Neste estudo pretendemos localizar as narrativas travestis enquanto produtoras de diferença e identidade, a partir de referências espaciais urbanas.

Corpos em trânsito e a sensação dolorosa de (não) existir

Nas últimas décadas, a Psicologia tem sido constantemente convocada a se posicionar frente às questões relacionadas à identidade de gênero e diversidade sexual (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, 2021; ARÁN; MURTA, 2009; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; DULLIUS; MARTINS, 2020; FREITAS; COIMBRA; FONTAINE, 2017; GASPODINI; FALCKE, 2018). Os estudos que tematizam as homossexualidades masculinas e as lesbianidades (BAPTISTA-SILVA; HAMANN; PIZZINATO, 2017; MOSCHETA; McNAMEE; SANTOS, 2013; MOSCHETA; SOUZA; SANTOS, 2016), bem como as configurações familiares constituídas por mães lésbicas e pais gays (ROSA et al., 2016; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SOUZA-SANTOS; SANTOS, 2021; TOMBOLATO et al., 2018, 2019) têm ganhado visibilidade na literatura, porém outros segmentos da comunidade LGBTQIAPN+ comparativamente têm recebido menor atenção das pesquisas nacionais.



A transexualidade pode ser definida como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2008, p. 16). Jesus (2012) aponta que o termo transexual remete a uma noção abrangente que engloba todas as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento em decorrência da conformação externa de sua genitália.

A distinção entre as categorias mulher transexual e travesti ainda é alvo de discussões e controvérsias. Historicamente, tais diferenças estão circunscritas pelo poder/saber médico-psiquiátrico (BARBOSA, 2013). A palavra “travestismo” foi empregada pela primeira vez na literatura médica por Hirshfeld (1910), enquanto que o termo “transexual” foi criado no cenário da regulamentação das práticas cirúrgicas por Robert David Cauldwell e sistematizado por Harry Benjamin (GALLI et al., 2013). As convenções que constituíram a base discursiva das diferenças entre essas categorias foram definidas, inicialmente, a partir da constatação do desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual para aliviar o desconforto vivido com o órgão sexual: travestis não desejariam se submeter à intervenção cirúrgica, por sentirem prazer com o pênis, ao passo que transexuais a desejariam por sentirem repulsa pelo órgão, o que resultaria em profunda infelicidade (BARBOSA, 2013; GALLI et al., 2013).

Barbosa (2013, p. 362) destaca que frequentemente os próprios sujeitos que vivenciam experiências de transição de gênero valorizam tais argumentos sustentados pela concepção higienizada enraizada no discurso biomédico; algumas mulheres transexuais consideram-se “mulheres de verdade” quando têm acesso ao diagnóstico e à possibilidade de construção de uma neovagina em “alinhamento” à identidade de mulher. Contrastando com essa perspectiva alinhada ao binarismo, o autor reproduz a fala de uma colaboradora ativista acerca da identidade travesti: “uma travesti é uma pessoa que constrói um feminino, mas não se sente mal com seu órgão genital” (p. 369).

Tais definições são convergentes com a noção médica que por décadas tem ocupado posição hegemônica e que diferencia as duas categorias identitárias com base na relação estabelecida pelo sujeito com o pênis. Tais concepções seguem sendo problemáticas por terem em comum a referência à normatização dos corpos, ao defini-los e discipliná-los a partir dos protocolos médicos que corroboram a compreensão alinhada de sexo-gênero-desejo como garantidora da inteligibilidade dos corpos (BUTLER, 2018).



Outra noção, que ambiciona diferenciar as duas categoriais em discussão, são os “estilos corporais de classe e geração” (BARBOSA, 2013, p. 372). As mulheres transexuais com quem Barbosa manteve contato tinham conhecimento dos termos médicos sobre a transexualidade, apresentavam-se sem exageros estéticos e com uma performance discreta e elegante inspirada nos valores da classe média. Aquilo que contrariava essa representação do feminino era compreendido como pertencente à performatividade travesti. Nesse sentido, travesti seria quase sinônimo de classe social baixa e prostituição, combinadas com um estilo corporal espalhafatoso e traços histriônicos. Na conclusão do autor, as categorias travesti e transexual se articulam a partir de uma série de convenções e historicidades para produzirem sentidos que as ordenam segundo uma hierarquia de prestígio.

Carvalho (2018) reforça essa visão acerca das diferentes identidades adotadas no meio trans. O autor afirma que os marcadores sociais de classe e geração operam na produção de significados divergentes dentro dessa polarização entre uma suposta maior “fluidez” ou “fixidez” de gênero atribuída às diferentes conformações identitárias. Na hipótese cogitada pelo autor, haveria uma distinção valorativa entre as duas categorias no que concerne ao tipo de estigma social a que essas pessoas são submetidas: as travestis são classificadas como pervertidas a partir de um juízo moral, enquanto que as mulheres transexuais são lidas pelo viés da sofisticação discursiva do diagnóstico médico-psiquiátrico – e, mais recentemente, por meio do conceito de disforia de gênero.

Ser medicamente rotulado pode trazer o privilégio da desresponsabilização por sua condição, algo que diferencia o desviante “mental” do desviante moral. Nesse ponto, devo lembrar que os imorais e pervertidos são sempre julgados socialmente como responsáveis por sua condição, logo, merecedores de toda sorte de desgraças e violências que os acometa, como no caso das travestis. Por outro lado, o doente é passível de compaixão e, ao mesmo tempo que não é responsável por seu desvio, tem como obrigação se engajar na tentativa de melhora e colaborar com a ação do médico (CARVALHO, 2018, pp. 11-12).

Carvalho (2018) sugere outra diferença, que se manifesta a partir do que ele denomina de “modelos de feminilidade”. A travesti seria ousada e escandalosa, ao passo que a mulher trans performa a figura recatada e delicada. O corpo assinala outro ponto de distinção: o corpo da travesti é considerado exagerado, enquanto que o corpo transexual é



tomado “nas medidas corretas” e harmônicas, reportando-se ao “natural” e adequado. Carvalho (2018) conclui que a ambiguidade dos termos travesti e transexual se insere em um regime de visibilidade que passa por ideias como “truque”, “falsidade”, “quase mulher”, ao mesmo tempo que carrega a impossibilidade de trânsito completo, fixando um sujeito que nunca será uma mulher “de verdade”, na medida em que não se submete aos sortilégios do biopoder. Logo, será sempre “travesti”.

Apesar de não cravarmos uma diferenciação definitiva entre essas categorias identitárias, apontamos que, contemporaneamente, as identidades travesti e transexual são entendidas como situacionais e contextuais, pois dependem das dinâmicas de poder envolvidas nas relações sociais em que se encontram. Isso porque, na América Latina, travesti é uma identidade política que carrega e assume uma história de luta que vai além do reconhecimento de uma identidade. Trata-se também de uma luta ético-política pela transformação das condições de vida da comunidade travesti e trans, como aponta o estudo de Ronconi et al. (2024).

É necessário destacar que é difícil chegar a uma resposta definitiva e precisa para essa questão, pois cada pessoa tem formas diferentes de se perceber, pensar e expressar, além de não compartilhar as mesmas expectativas em relação à sua corporalidade. Ademais, muitas vezes há um posicionamento político ao assumir essas identidades (não nos referimos a um posicionamento político partidário, mas a uma maneira de estar e de se nomear que se assume como militância, buscando tornar-se visível em um mundo onde essas identidades são invisibilizadas e perseguidas) (RONCONI et al., 2024, p. 36, em tradução livre).

Butler (2018) entende o gênero como a repetição estilizada de atos corporais, gestos e movimentos específicos e padronizados que criam os sujeitos que enunciam, com base no binarismo e na diferenciação dos corpos. Em uma sociedade regulamentada pelo viés da cisheteronormatividade, o corpo transgênero é visto com estranheza, ocupando um lugar de precariedade marcado pela marginalização e inferiorização que cercam as identidades trans. O que está em jogo é uma corporalidade com frequência associada ao bizarro e ao desumano (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, 2021; BOFFI; GUIJARRO-RODRIGUES; SANTOS, 2022; GALLI et al., 2013; VERGUEIRO, 2016).

A norma somente prospera e persiste como movimento normalizador enquanto é reproduzida e atualizada nas práticas sociais



por meio dos rituais cotidianos, garantindo a inteligibilidade de corpos por meio da adesão às performatividades já estabelecidas e aceitas de gênero binário (BUTLER, 2018). Os corpos são regulados pelo gênero, entendido como condição de aceitação social ou de exclusão, a depender de como o sujeito se localiza em relação à norma. A norma, em última instância, serve de referência para a humanização ou desumanização dos corpos. Por essa razão, corpos que desviam das prescrições normativas de gênero e sexualidade são considerados repulsivos e podem ser banidos do convívio social.

No Brasil, uma jovem transexual chamada Roberta Close alcançou o *status* de celebridade nos anos 1980, ganhando ampla visibilidade em capas de revistas, jornais e programas de televisão, chegando a ser eleita musa inspiradora do compositor Erasmo Carlos, que lhe dedicou uma canção de sucesso: *Close*. Antes disso, *shows* de transformistas e *drags queens* agitaram as noites carioca e paulistana no decorrer dos anos 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Houve ainda a figura icônica de Madame Satã, no Rio de Janeiro, negro e homossexual da periferia que fez história na primeira metade do século XX. Thürler e Mathieu (2021) descrevem em detalhes o início da cena travesti no Brasil e o reconhecimento gradual dessa identidade diante das políticas públicas que ganhavam força no Ocidente.

Nesse cenário, observa-se que as travestis assumiram certo protagonismo midiático ao longo das décadas. No âmbito jurídico, passaram a se organizar com objetivo de reivindicar o respeito aos seus direitos, especialmente quanto ao acesso à saúde. Juntamente com profissionais da saúde e acadêmicos aliados à causa trans, o ativismo impulsionou o movimento reivindicatório que culminou com a publicação da Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008). Essa portaria implementou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com o propósito de atender “casos de transexualismo” e transexuais em Unidade de Atenção Especializada, definida como “unidade hospitalar que oferece assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos com indicação para a realização do processo transexualizador e que possua condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados a este tipo de atendimento” (BRASIL, 2008, s/p).

Apenas em 2013, mediante a Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, as travestis foram incluídas como usuárias dos serviços de saúde no Processo Transexualizador, que foi ampliado e reestruturado. Nesse momento, os homens trans também foram



reconhecidos pela política pública e passaram a ter direito ao acesso a serviços de saúde especializados. Sem dúvida foi um avanço significativo. Para as travestis, a política previa a oferta de serviços, como o acompanhamento por equipe multiprofissional composta por endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, fonoaudiólogo, urologista, ginecologista obstetra e assistente social (SANTOS et al., 2019).

Os poucos hospitais credenciados no âmbito cirúrgico do Processo Transexualizador do SUS contam com médico cirurgião plástico e oferecem procedimentos, como a colocação de implante de silicone, construção de neovagina, redução do pomo de Adão com vistas à feminilização da voz e/ou alongamento das cordas vocais e cirurgias para a retirada de silicone industrial – o qual representa grave risco à saúde das travestis (GALLI et al., 2013; SANTOS et al., 2019). Apesar desses benefícios estarem respaldados pela política pública e bem documentados, no dia a dia a realidade do SUS se traduz em enormes filas que podem chegar a 10 anos de espera para o pleno acesso a tais procedimentos (CARTA CAPITAL, 2017). A despeito dessas limitações, é importante ponderar que as conquistas emergiram da luta política árdua capitaneada por movimentos sociais organizados, visto que as identidades travestis não eram aceitas nem mesmo nos espaços de saúde.

Para Leal (2020, p. 3), é preciso refletir sobre a “espacialidade travesti” para que se possa analisar a reconfiguração dos dispositivos cisnormativos que regulam o espaço físico e psíquico de tais sujeitos em termos de performatividade. A autora compreende que a vivência social da expressão de gênero traduz as grandezas sociais em parâmetros observáveis por meio da experiência cotidiana.

Espacialidades: êxtase e martírio dos corpos à margem

Na experiência observável, a leitura social do gênero no espaço tem implicações importantes. A reclusão, descrita por Leal (2020) como configurações que limitam espacialmente a circulação da transexualidade e da travestilidade no cenário urbano, é a principal consequência de tal movimento. Refere-se à ideia de detenção simbólica, de aprisionamentos que se materializam quando corpos não cisgênero são retirados dos espaços de convivência social devido à sua condição contranormativa.

Desse modo, os sujeitos que performam identidades contranormativas experienciam constantemente a reclusão social em



termos espaciais, cujos efeitos são concretos e se materializam no cotidiano, ao restringirem a livre circulação, impedindo a democratização do espaço público. Um exemplo dessa segregação são os espaços confinados destinados aos sujeitos cujos corpos ostentam identidades de gênero e sexualidades dissidentes: as sombras da noite (vida noturna), as ruas e calçadas mal iluminadas e vazias, a localização furtiva, a clandestinidade encobertadora, a fantasmagoria de uma vida que se move na penumbra.

Por outro lado, para além do confinamento a lugares invisibilizados, a rua também emerge como local de resistência, a ser ocupado com vistas à instauração de uma coletividade engajada (LEAL, 2020). Essa compreensão é permeada pela noção de reclusão proposta por Sedgwick (2007) em seu conceito de epistemologia do armário, ao propor a reclusão como efeito de se esconder ou fugir a fim de proteger a diferença sob constante ameaça de ser eliminada.

As travestilidades com frequência ainda se mantêm conformadas aos locais e territorialidades que lhe são socialmente destinadas – as esquinas, onde circulam em estado de semiobscuridade, enquanto único espaço concedido como passível de ocupação por corpos trans. Nesse território restrito, sob a luz difusa, o corpo luta para permanecer invisível aos olhos do mundo. A autora travesti Araruna (2017, p. 134-135) escreve: “Ser travesti não é só comandar e transformar meu território corporal, mas, além disso, é ser restrita e sofrer as interferências e agonias de transitar pelo território urbano”. É um desafio constante de sobrevivência.

De fato, corpos travestis estão em situação de vulnerabilização e enfrentam diariamente a escalada de desumanização. Os corpos em trânsito funcionam como correias de transmissão da sensação dolorosa de existir. A esquina também se torna símbolo do trabalho sexual, realizado especialmente pelas mulheres trans e travestis que se dedicam à prostituição de rua. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018, p. 18), entidade não governamental com maior robustez de ações e estudos sobre o movimento trans e travesti no Brasil, 90% dessa população se prostitui em alguma fase da vida no Brasil. É importante considerar a precariedade das condições de empregabilidade que essa população enfrenta no mundo do trabalho. As oportunidades se restringem a poucos espaços amistosos, como salões de beleza, serviços de telemarketing (*telemarketing*) e o trabalho sexual (CÂMARA, 2021).



A baixa qualificação profissional é um fenômeno social que decorre dos processos de discriminação e transfobia vivenciados durante o período escolar. Juntamente com os vínculos familiares fragilizados e a violência intrafamiliar, o *bullying* é um tipo de violência que culmina na “evasão escolar” das travestis e transexuais, uma face invisível da negação do direito ao acesso à educação (MENEZES, 2020). Apesar de ser um termo frequentemente aplicado no contexto das vivências trans, o uso do conceito “evasão escolar” não descreve adequadamente o fenômeno, e o movimento social tem adotado o termo “expulsão escolar”.

Segundo Bento (2011), não existem procedimentos apropriados para mensurar as consequências da homofobia e transfobia a que estão expostas as travestis e transexuais no contexto escolar, onde experienciam um processo contínuo de humilhação, segregação e exclusão.

Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, há como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 555)

Assim, sem completar seu processo de educação formal e sofrendo as consequências de infringir as pautas normativas da cisgeneridade, as travestis enfrentam inúmeras dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, agravadas pela barbárie transfóbica e pelos atos de violência e exclusão constantemente infligidos (RIBEIRO; SILVEIRA, 2020). Nesse cenário de perseguição e cerceamento da liberdade de ser, o mercado do sexo comercial por vezes é visto como possível fonte de sustento econômico (KULICK, 2008).

Para além da questão de sobrevivência, o dinheiro auferido com a prostituição travesti pode financiar algumas modificações corporais desejadas pelas travestis para a (re)construção de suas identidades a partir da materialidade corporal (PELÚCIO, 2005). Por outro lado, o fenômeno da prostituição é historicamente contaminado por questões morais que destacam, muitas vezes, o papel sedutor das travestis e se esquecem, propositalmente, que a oferta não pode ser dissociada da demanda. Como toda mercadoria colocada no mercado, o sexo tarifado obedece à lei da oferta e procura. Do outro lado estão os clientes, homens que recorrem aos serviços sexuais das travestis, em sua maioria casados.



Por essa razão, os encontros devem ser clandestinos e mantidos “no sigilo”.

De acordo com Sousa (2016), há três distintas configurações jurídicas de tutela penal acerca da prostituição. Na configuração abolicionista, a prostituição é sinônimo de exploração sexual e, portanto, a profissional do sexo é vista como vítima que realiza o trabalho a partir da coação de um terceiro ou por necessidade de sobrevivência. Na configuração proibicionista defende-se a criminalização de todo e qualquer tipo de configuração e de toda e qualquer pessoa envolvida no negócio sexual. Já na configuração baseada na regulamentação do serviço, a profissional do sexo é compreendida como trabalhadora a quem se deve assegurar a plena proteção e garantia de seus direitos.

A prostituição é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO código 5198-05) como uma profissão, devidamente qualificada como uma forma de trabalho e meio de obtenção de renda e autonomia financeira. Contudo, no Brasil ainda não há lei que regule essa atividade e que ofereça a garantia de direitos para as(os) trabalhadoras(es) do sexo. A hipocrisia social se reflete na indiferença do legislador, que se omite e se exime de sua responsabilidade de proteger a integridade da vida das(os) trabalhadoras(es) do sexo. A consequência é a vulnerabilização dessas pessoas no exercício de suas atividades profissionais. Na pesquisa conduzida por Câmara (2021), as interlocutoras relataram dificuldades em lidar com a violência dos clientes e as disputas entre as colegas de profissão.

No cenário devastador instaurado pela pandemia da COVID-19, as travestis foram desproporcionalmente afetadas e ficaram ainda mais vulnerabilizadas, uma vez que o trabalho sexual exige contato direto com os clientes (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020). Tendo em vista tal situação, a ANTRA (2020) elaborou uma cartilha para orientar as profissionais do sexo em tempos de calamidade pública, com o objetivo de alertá-las para as novas ameaças e oferecer dicas práticas de prevenção aos agravos à saúde. Em diversos outros contextos, a necessidade do distanciamento físico resultou também no aumento de sintomas de ansiedade e depressão, agravamento das condições econômicas, dificuldades para acessar procedimentos e medicamentos que compõem o processo de afirmação de gênero, além de exacerbar conflitos familiares e manifestações de transfobia (SANTOS et al., 2023).

Considerando o exposto, compreendemos a relevância de refletirmos sobre a socialização dos corpos e identidades travestis, que



enfrentam estigmas e permanecem sendo hostilizados e vulnerabilizados socialmente, desamparados pelo Estado e explorados pelo legado patriarcal e pela dominação cisheteronormativa. A ANTRA (2020) destaca as diferentes realidades encontradas nas experiências trans, a partir de um olhar interseccional que abarca marcadores como identidade de gênero, etnia/raça e classe social.

De acordo com dados coligidos pelo dossiê mais recente da ANTRA (2023), o Brasil continua sendo o país que registra o maior número de homicídios da população trans em todo o mundo. Dados referentes ao ano de 2022 indicam que pelo menos 76% das vítimas eram travestis ou mulheres trans negras. O dossiê da ANTRA publicado em 2021 salienta a importância da união estratégica entre as lutas antirracistas e as pautas da luta antitransfobia.

A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. [...] Não é possível enfrentar o racismo que a população cis negra sofre ignorando o mesmo processo inferiorizante imposto pelo gênero, pela transfobia e pelo cissexismo (ANTRA, 2021, p. 47).

A pesquisa de Menezes (2020) com mulheres transexuais e travestis negras concluiu que as vivências dessa população são permeadas pela transfobia e pelo racismo, enquanto fenômenos perpetrados tanto pela sociedade quanto pelo Estado, por meio das instituições e órgãos de segurança pública. Para as participantes do referido estudo, ser travesti ou transexual se mostrou mais conflitivo do que a questão da negritude, o que não significa que as dificuldades enfrentadas por ser negra em uma sociedade racista e violenta como a brasileira não estejam insistentemente presentes, perpetuando lugares de exclusão. A intersecção entre gênero, classe social e raça/etnia implica maior exposição às diversas modalidades de violências que acompanham as trajetórias de vida das pessoas trans, muitas vezes marcadas por itinerários de sofrimento, desamparo e isolamento social (MOSCHETA; SOUZA; SANTOS, 2016).

A criação artística como libelo de resistência



Por libelo (do latim *libellus*, que significa “livrinho” ou “escrito breve”) entendemos um texto, geralmente em forma de manifesto ou panfleto, que critica, ataca ou denuncia alguém ou algo de forma veemente. É nessa categoria que podemos alocar a letra da canção *Mulher*, de Linn da Quebrada, ao tematizar as experiências de trabalho das travestis periféricas e interrogar suas questões de identidade. Nessa composição musical, a arte assume um caráter de libelo acusatório ao ser levada a problematizar as práticas e saberes que emanam dos corpos trans e travestis, descrevendo suas experiências no espaço público pelo vértice das identidades dissidentes.

O trabalho elaborado pela artista Linn da Quebrada não pode ser compreendido fora de suas experiências como pessoa “travesti preta”, uma vez que o ativismo borra as fronteiras entre arte e vida. As composições narram realidades sociais que perpassam as identidades travestis, especialmente no contexto periférico e sob um recorte étnico-racial. As performances recriam esteticamente tais experiências, que por sua vez servem de insumo para a criação artística ao se inscreverem no cenário de desigualdades da sociedade de classes.

Já na primeira estrofe de *Mulher* nota-se a ocupação do território espacial designado às travestis: as esquinas, escondidas e espremidas entre os edifícios, sob a sombra noturna das marquises dos edifícios, no silêncio do meio-fio e das sarjetas próximas aos bueiros e bocas de lobo. Essa experiência, poeticamente transfigurada em forma de letra e música, remonta ao movimento de reclusão descrito por Leal (2020), ao se referir às limitações espaciais impostas à circulação da transexualidade e das travestilidades no espaço público. Se os corpos não cisgênero são retirados dos meios de convivência social por sua condição não normativa, resta-lhes ocupar o território das ruas na ambígua topografia noturna.

Ainda com relação ao estreitamento de horizontes e possibilidades, Oliveira e Damasceno (2019, p. 4) observaram que as travestis têm seu espaço delimitado até mesmo nos locais de prostituição, quando seu território não pode ultrapassar os lugares destinados às mulheres cisgênero que também encontram seu sustento na prostituição: “as travestis representam um perigo a ser combatido tanto para a dinâmica familiar do bairro quanto para as próprias prostitutas”. Nesse sentido, chamamos de territorialidade a complexa união entre os espaços urbanos não destinados às travestis, de acordo com os âmbitos sociais nos quais elas são confinadas em um prolongamento da negação de seus direitos. Às travestis é negado o direito de permanecer onde desejam



estar, mas lhes é permitido ocupar as franjas desprotegidas da cidade, enfrentando as mazelas e perigos das ruas mal iluminadas, habitando espaços degradados e relegados ao esquecimento do poder público:

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Tá sempre em desconstrução

Nessa estrofe, Linn relata as vivências da identidade travesti fora do padrão binário e cisnormativo: “Não é homem nem mulher / É uma trava feminina”. Apesar de não se localizar entre as normas binárias de gênero, estabelecidas socialmente como uma estratégia disciplinar de controle sobre os corpos (FOUCAULT, 1992), a narrativa sugere que essa identidade está situada dentro do espectro da performatividade feminina (BUTLER, 2018), ao circunscrever o corpo aos signos performáticos que projetam tais leituras sociais.

Ser travesti remonta a um ato político que fica patente no verso: “Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação”. Em seguida, há uma reflexão sobre a desconstrução permanente do corpo travesti (“tá sempre em desconstrução”), como um ato de resistência dessa “diva da sarjeta” que insiste em se manter viva ao caminhar temerariamente no fio da navalha, transitando entre os desvãos das normas cislocalizadas.

A poesia pungente de Linn da Quebrada (2020) perpassa o território da prostituição, enquanto fonte de provento e sustento para os corpos trans-viados, conforme a própria compositora já se pronunciou por diversas vezes através de suas mídias sociais.

Nas ruas, pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
Não tem Deus nem pátria amada
Nem marido, nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
Ela quer paz



As travestis oriundas de contextos de baixa renda ou de pobreza extrema fazem escolhas de vida dentro de um campo estreito de possibilidades sociais, que envolve maior risco de exposição à transfobia, marginalização e exclusão de direitos. Na costura narrativa da canção, Linn da Quebrada empresta sua voz ao movimento “ativista” em torno da travestilidade, explorando como arte e identidade de gênero dialogam com a realidade social das travestis como expressão de crítica cultural. Nesse processo, aciona uma forma sofisticada de usar a arte para fazer política.

O trecho da canção que destaca o sexo tarifado praticado pela personagem (“nas ruas, pelas surdinhas é onde faz o seu salário / Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário”) ilustra o trabalho sexual não como uma escolha intencional, mas como um dos poucos recursos disponíveis para assegurar a sobrevivência dos estratos marginalizados. De acordo com o dossiê sobre os assassinatos e a violência contra travestis e transexuais, organizado por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (ANTRA, 2021), referentes ao ano de 2020, 72% dos homicídios registrados vitimizaram travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que estão mais expostas nas ruas à violência direta decorrente do estigma odioso dirigido aos seus corpos insurgentes.

A publicação da ANTRA esclarece que as vítimas de transfeminicídio se encontravam em cenários desprotegidos devido às condições de alta vulnerabilidade social e à falta de oportunidades de trabalho. A precariedade faz com que elas tenham sido expostas desde cedo a agressões físicas e psicológicas. Esses dados corroboram os relatos obtidos na pesquisa de Câmara (2021) com travestis que viveram a experiência da prostituição, convergindo com a conclusão do relatório da ANTRA (2021, p. 42): “As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil”.

Na canção *Mulher*, a combinação de fatores tais como baixo nível de escolaridade, limitações da empregabilidade e precarização das condições de vida formam o pano de fundo que emoldura a personagem retratada, cuja subjetividade resiste tenazmente a incorporar os modos de subjetivação convencionais e pré-formatados (“Ela é tão singular / Só se contenta com plurais / Ela não quer pau / Ela quer paz”). Em sua singularidade, a Mulher não aceita receber menos do que merece, já que a dignidade tem um valor intrínseco que é inegociável. A personagem recusa-se a ser “esgoto”, o que equivaleria a assumir os roteiros convencionais que lhe são imputados, os mesmos *scripts* manjados,



reservados aos corpos dóceis e conformados, tais como o papel da adulta resignada e monogâmica, ou da trabalhadora oprimida pelo patrão e que aprende a dizer: “Deus lhe pague por me explorar”.

Insubmissa, a subjetividade da personagem travesti quer ser dona do seu destino, pensar por conta própria, negociar livremente seu preço no mercado, tirando proveito da potência ilimitada de seus corpos flexíveis para gerenciar seu próprio trabalho com autonomia e assertividade, dispensando intermediários, proxenetas, pastores e ideologias moralizadoras (“Não tem Deus nem pátria amada / Nem marido, nem patrão”). O último verso dessa estrofe, recortado na mais fina ironia (“Ela quer paz”), refere-se ao desejo da trabalhadora travesti de ter seu trabalho na prostituição respeitado e reconhecido como tão digno como qualquer outro ofício. O desejo de pertencimento na história contada/cantada caminha passo a passo com o anseio de usufruir de uma existência livre das amarras da dominação masculina.

Esse cenário imagético, que aborda uma travesti cuja subjetividade abraça a prostituição como forma de sobrevivência e resistência, comporta certa idealização, já que se diferencia da realidade da maioria das travestis no Brasil. A personagem emblemática da composição musical recusa-se a ser objetificada pelo discurso da hipocrisia moral e dos bons costumes, que tenta enquadrá-la em estereótipos. Ela se ergue como um tipo ideal e exemplar, que resiste a se deixar capturar pelo discurso dominante e normatizador. Mais uma vez, é preciso deixar clara a distinção entre o que a letra da canção delinea, ao descrever uma travesti empoderada, e a realidade cáustica da violação sistemática dos direitos humanos das travestis no Brasil.

Nesse sentido, a canção pode ser entendida como parte do movimento “ativista” em torno da travestilidade que, em forma de crítica cultural e política, ora dialoga com a precária realidade social de falta de acesso a direitos básicos pelas travestis brasileiras, ora se utiliza do imaginário de uma personagem que opera a partir de escolhas de vida intencionalmente transgressoras, emulando poderes e resistências a fim de se contrapor às dificuldades engendradas pela transfobia no mundo real.

Em Alagoas, Natasha Wonderfull fundou o Grupo Transhow, com a proposta de levar as mulheres travestis para os palcos, a fim de visibilizar e promover uma cultura de respeito à diversidade (SANTOS, 2024). Em São Paulo, Amara Moira relata que a arte foi crucial em seu processo gradual de auto-reconhecimento como mulher travesti: “Quantas e quantas pessoas não vão se descobrindo trans justo assim,



algumas no próprio teatro, o momento em que acreditam estar encarnando uma personagem, sendo justo quando se libertam daquele eu que a vida inteira elas foram ensinadas a ser?” (MOIRA, 2022, p. 36). Escrutinando tais narrativas, notamos que o ativismo conjuga em si ambas as possibilidades: dar evasão as agruras dos contextos sociais nos quais as travestilidades estão imersas, ao mesmo tempo em que faz emergir possibilidades de resistência e o vislumbre de outras realidades possíveis.

Retornando à análise da canção de Linn da Quebrada, nos versos seguintes a compositora canta a comunidade de apoio e os laços de solidariedade que emergem espontaneamente entre as travestis, como defesa contra o estado de permanente vulnerabilização psicossocial a que se encontram subjugadas no espelho das ruas. Compartilhar essas experiências proporciona um senso de acolhimento que fortalece laços de afeto e humanidade entre corpos marginalizados, lidos como amaldiçoados e marcados como ameaçadores à estabilidade da sociedade. Nos sujeitos que lutam pela sobrevivência de cada uma e de todas (CÂMARA, 2021), constata-se que:

Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres
para cada uma
E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher
E outra mulher (e outra mulher)

Nessa fascinante serialidade multiplicam-se as infinitas faces do espelho identitário no qual o feminino se desdobra, sem se fixar em nenhuma forma em particular. Em outra estrofe, também calcada na reiteração, Linn da Quebrada brinca com os significados de ser travesti (o que será que será?) e seus múltiplos eus desdobráveis, propondo ao interlocutor um desafio a ser decifrado, uma mensagem enigmática ao modo de esfinge:

É sempre uma mulher?
Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!
Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!

A artista coloca em cheque a cisnormatividade ao chamar a atenção para a identidade travesti como um ponto de ruptura da lógica normatizante (FOUCAULT, 1992). A letra enumera características corpóreas socialmente atribuídas ao ser mulher: bunda, peito e rosto “de



mulher”. O “jeito” feminino (“Ela tem jeito”) evoca o que Butler (2018) denomina de performatividade, isto é, a repetição estilizada dos atos em uma reprodução constante que garante a aparência estável do gênero. A compositora artista escancara possibilidades de construir outros “jeitos”, que não os normativos, de habitar o feminino, concebendo a pluralidade dos modos de subjetivação proporcionados pela corporalidade plástica da mulher, com seu corpo vibrante, mutante e mutável, podendo articular dissidências para criar insurgências.

Nessa letra em especial, assim como de resto em toda a sua obra autoral, Linn da Quebrada retira da cena principal o corpo padronizado dos homens cisgênero e heterossexuais, com suas masculinidades ostentatórias, cuja base de sustentação é a subordinação e opressão das mulheres. Seu objetivo é retomar os corpos-identidades-desviantes enquanto centro potencializador de narrativas indignadas, que buscam afirmar a integridade de sua consciência. Ainda que se trate de um corpo que se entende no espectro do feminino, a personagem transita “de esquina em esquina” e enfatiza os corpos e as performatividades não essencializadas (“Não é homem nem mulher / É uma trava feminina ... “É sempre uma mulher?”).

A identidade, quando analisada sob a perspectiva de um ato político, manifesta-se nas escolhas e posicionamentos do sujeito, que carrega em si uma agenda de luta por reconhecimento. O ser travesti, enquanto ato político, inverte a lógica pênis = homem e peito = mulher, amalgamando uma identidade singular que caminha no fio da espada e (re)existe na clandestinidade da fronteira cisnormativa. Nesse percurso de subjetivação, o transcorpo torna-se pura potência à medida que dessacraliza e descrystaliza as normativas binárias e cisgêneras, recusando-se a mimetizar o masculino ou feminino, embaralhando e dissolvendo esses limites, que são desfeitos e refeitos a todo momento.

Ao delinear a personagem Mulher, Linn da Quebrada intenciona questionar os mecanismos de exclusão e desconstruir o corpo modelado a partir da marginalização histórica e das limitações impostas coercitivamente, que mantêm as travestis alijadas de ocupações socialmente prestigiadas, impedindo seu acesso a meios de subsistência sancionados culturalmente. A solução proposta na canção é abrigar a narrativa de um corpo-potência, que se desloca no cenário político do espaço público das ruas com desenvoltura e orgulho, e que se fortalece por meio dos embates da identidade travesti por algo que assegure (e que também vá além da) sobrevivência:



Então eu, eu
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
[...]
É amapô de carne e osso, silicone industrial
Navalha na boca, calcinha de fio dental

A crua e áspera poesia (sim, a compositora também trabalha com palavras afiadas por uma “navalha na boca”) retoma a aspiração à humanidade de sujeitos excluídos e que têm seus direitos sistematicamente violados no país. O fato de serem há muito tempo esquecidos pelo “cistema” político-social de controle de corpos culmina na marginalização e inferiorização das identidades dissidentes (VERGUEIRO, 2016). Não é sem razão que Rocha e Rezende (2019) destacam que as composições de Linn da Quebrada são mais do que músicas para entretenimento: “Deslocar o feminino do patamar de submissão e transcender a visão reducionista sobre o corpo travesti configuram, para Linn, um ato de resistência, de amor – e, consequentemente, de ressignificação política” (ROCHA; REZENDE, 2019, p. 28).

É interessante destacar que, apesar de a canção *Mulher* não tratar diretamente da questão da etnia/raça, Linn da Quebrada com frequência aborda em sua produção musical a vulnerabilidade social das travestis pretas, explorando a intersecção entre gênero, raça e classe social. Essa temática emerge como uma questão central em outras composições da autora, como *Bixa Preta*.

Considerações Finais

A análise da letra da canção *Mulher* permitiu desvendar aspectos que compõem a realidade do (re)existir das identidades travestis. A autora Linn da Quebrada, por meio de uma arte tão performática quanto autoetnográfica, expõe a circulação dos corpos travestis por um território que desautoriza a ocupação pelas corporalidades não cisnormativas, para melhor discipliná-los e explorá-los.

Em consonância com as narrativas encontradas na literatura científica em referência às subjetividades travestis, argumentamos que é concedido às travestis um lugar exíguo – não mais do que as so(m)bras da liminaridade. Elas são toleradas na medida em que se mantenham confinadas na obscuridade, oferecendo gozo proibido ou se esgueirando



pelas calçadas vazias, camufladas nas bordas dos muros, como passageiras clandestinas de um bonde chamado desejo. Seus corpos de aparência ambígua deslizam pelos cantos furtivos das ruas, reinando nas madrugadas permissivas. A sarjeta suja é a margem estreita concedida para sua soberania.

Esses são os locais destinados aos corpos dissidentes no mundo em que vivemos. Corpos lidos como perigosos, que rejeitam e rearranjam as estruturas de controle de gênero, desestabilizando os dispositivos disciplinares. Assim a composição *Mulher* retrata o exercício da prostituição pelas travestis. Tal fenômeno não pode ser compreendido a partir de uma perspectiva reducionista, pois é efeito de complexos arranjos sociais de exclusão e reclusão da população trans a territórios sob rigoroso controle disciplinar.

A ocupação do espaço público, retratada na canção enquanto meio de subsistência, é imagetivamente contraposta à realidade das vivências travestis no Brasil. A partir de uma personagem que se apropria, com consciência crítica, do lugar que ocupa no mundo, o ativismo promove a capacidade de criar vislumbres de cenários profícuos nos quais as travestis resistem às tocaias policiais e às emboscadas dos intolerantes, entre outras violências e infâmias a que estão expostas em meio à ausência de garantia de seus direitos, enquanto tentam exercer honestamente seu trabalho.

Linn da Quebrada expõe as contradições e os dilemas do ser travesti a partir da estética política do ser que luta pelo seu direito elementar de (re)existir em seus agenciamentos. Suas composições e performances artísticas conseguem desdobrar potências do corpo travesti, frequentemente lido como obsceno, abjeto e ultrajante, fazendo dele manifesto, libelo e ato libertário, de luta e resistência contra a segregação. Há uma busca de equilíbrio viabilizada pela experimentação de um corpo em trânsito, a partir da ocupação de espaços de interface (“esquinas”), em busca da responsabilidade solidária. Assim, Linn da Quebrada dá voz a uma legião de subjetividades silenciadas e corpos marginalizados, historicamente massacrados, que compartilham a luta por visibilidade e dignidade.



Referências

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e228629, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228629>

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Conjugalidade cis-trans: reinventando laços, desestabilizando certezas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e224044, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044>

ANTRA (org.). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-do-s-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ANTRA. **Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19**. Brasília, DF: ANTRA, 2020. 24 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ANTRA (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 27 dez 2024.

ANTRA (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 15-41, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>



ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2017.

BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Marriage in prison: identity and marital agencies in a LGBT wing. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 27, n. 1, p. 376-385, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201702>

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 352-379, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>

BRASIL. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Ministério da Saúde. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prto457_19_08_2008.html. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

BOFFI, L. C.; GUIJARRO-RODRIGUES, E. C.; SANTOS, M. A. Experience of masculinity performed by transgender men: qualitative evidence and metasynthesis. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 39, e200221, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200221>



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Renato Aguiar, trad.).

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021.

CARTA CAPITAL (Brasil). **Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos**. 2017. Publicado em 30 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/fila-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual-pode-passar-de-dez-anos/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, v. 52, e185211, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809444920100520011>

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 18, p. 507-516, 2013. <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n3/11.pdf>

COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro (org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 11-40.

DULLIUS, Willian Roger; MARTINS, Lara Barros. Training needs measure for health care of the LGBT+ public. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 30, e3034, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3034>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (Roberto Machado, trad.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Daniela Fonseca; COIMBRA, Susana; FONTAINE, Anne Marie. Resilience in LGB youths: a systematic review of protection



mechanisms. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 27, n. 66, p. 69-79, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-43272766201709>

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011>

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Sexual and gender diversity in clinical practice in psychology. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 28, e2827, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e2827>

HIRSCHFELD, Magnus. Selections from the transvestites: the erotic drive to cross-dress. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006. p. 28-39.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – Eda/Fbn, 2012. 42 p. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 2008. (César Gordon, trad.). Rio de Janeiro: Fiocruz.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Heloisa Monteiro; Francisco Settineri, trads.). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7614757/mod_resource/content/1/LAVILLE-DIONE_A-CONSTRUCAO-DO-SABER.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

LEAL, Dodi Tavares Borges. Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 38, p. 1-19, 2020. <https://doi.org/10.5965/14145731023820200003>



MENEZES, Lincoln Moreira de Jesus. Experiências vividas por mulheres transexuais e travestis negras na cidade de São Paulo. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de São Paulo.

MOIRA, Amara. (2022). **E se eu fosse puta** (2ª ed.). Hoo Editora.

MOSCHETA, Murilo dos Santos; McNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel Antônio dos. Sex trade among men: negotiating sex, bodies and identity categories. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n.spe, p. 44-53, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000500006>

MOSCHETA, Murilo dos Santos; SOUZA, Laura Vilela e; SANTOS, Manoel Antônio dos. Health care provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. **Journal of Health Psychology**, v. 21, n. 3, p. 369-378, 2016. <https://doi.org/10.1177/1359105316628749>

MUÑOZ, José Esteban. **Disidentifications**: queers of color and the performance of politics. University of Minnesota Press, 2013.

NEXO JORNAL (Brasil). A música e os corpos políticos, com Linn da Quebrada. **YouTube**, 2 mai. 2018 (11m42s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W17OoImPFV4&t=189s>. Acesso em: 27 dez. 2024.

OLIVEIRA, Júlio César Ferreira de; DAMASCENO, Sabrina Andre. Mulheres que ficam, travestis que voam: perspectivas e territórios da prostituição no bairro do Butantã em São Paulo. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 25, 2019. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.7454>

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>

QUEBRADA, Linn da. **De peito aberto sobre meu processo de peitificação, criando um órgão em mim capaz de desorganizar o caos que me habita**. 2 mar. 2021. Instagram: @linndaquebrada.



Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CL7Ow1El2dz/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.

RIBEIRO, Amanda Karoline de Oliveira; SILVEIRA, Lia Carneiro. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria queer. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, n. 1, p. 66-74, 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-44142020001008>

ROCHA, Rose de Melo; REZENDE, Aline. Diva da sarjeta: ideologia enfiadescida e blasfênea pop-profana nas políticas de audiovisibilidade da travesti paulistana Linn da Quebrada. **Revista Contracampo**, v. 38, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v38i1.28079>

RONCONI, María Fernanda; BARRENA, María Agustina; ZEMAITIS, Santiago; ALESSI, Daniela. Identidades trans y travestis: desarmando la cis-norma social. In: ALESSI, Daniela Verónica (coord.). **ESI en la secundaria: hacia una educación sexualmente justa y placentera**. La Plata: EDULP, 2024. p. 33-38.

ROSA, Jéssica Moraes; MELO, Anna Karynne; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; SANTOS, Manoel Antônio dos. A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 210-223, 2016. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014>

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020018, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240339>



SANTOS, Manoel Antônio et al. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-19, 2019. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p03>

SANTOS, Manoel Antônio et al. Impacto psicossocial da pandemia de COVID-19 na saúde mental de pessoas transexuais e travestis: Revisão integrativa. **Psico-USF**, v. 28, n. 3, p. 579-598, 2023. <https://doi.org/10.1590/1413-82712023280312>

SANTOS, Sérgio Coutinho. A liderança de Wonderfull para uma cena travesti no espaço artístico alagoano. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 209-232, 2024. <https://doi.org/10.9771/pcr.v17i2.51356>

SANTOS, Yuri Garcez Sousa; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017>

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>

SOUSA, Pedro Cesar Josephi Silva e. **Prostituição**: possibilidade de reconhecimento de direitos das (os) profissionais do sexo no brasil. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Patrik Borges Ramires de; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Linn da Quebrada e os engajamentos performativos com as mídias digitais: Uma análise sociológica de uma trajetória artística dissidente de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e67834, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n267834>

SOUZA-SANTOS, Yuri Garcez Santos; SANTOS, Manoel Antônio dos. Social transformations and couple relationships in Brazilian gay men. In MORAIS, Normanda Araújo de; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; CERQUEIRA-SANTOS, Elder (Eds.), **Parenting and couple relationships among LGBTQ+ people in diverse contexts**.



Cham: Springer, 2021. p. 95-113.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-84189-8_7

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; SANTOS, M. A. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e3546, 2019
<https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3546>

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; UZIEL, Ana Paula; SANTOS, Manoel Antônio dos. Prejudice and discrimination in the everyday life of same-sex couples raising children. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 35, n. 1, p. 111-122, 2018.
<https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100011>

THÜRLER, Djalma; MATHIEU, Beatrice. A primeira onda da cena travesti no Brasil: A centralidade do “corpo em travesti”. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 41, p. 1–28, 2021.
<https://doi.org/10.5965/1414573102412021e0102>

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Territoriality, transvestite prostitution and activism in the voice of Linn da Quebrada

ABSTRACT. This study aims to articulate experiences of transvestility, territoriality, and sex work through the artistic and performative lens of Brazilian singer and songwriter Linn da Quebrada. The research focused on a documentary analysis of the musical composition *Mulher*. We employed transvestite activism to support our analysis, which explored the subjective and social issues experienced by transvestilities in Brazil’s peripheral contexts. In the striking poetics of the songwriter, sex work is subjectivized not only as a means of subsistence, but also as a space of



resistance – a possibility for (re)existence shaped by marginal territoriality. In the musical composition, art is crafted to problematize the practices, knowledge, and experimentations that emanate from trans and travestite bodies, allowing them to rewrite their existences through questioning identity matrices that do not conform to gender norms. We notice that suffering emerges simultaneously with a movement of jouissance through the reaffirmation of the travestite lyrical self, the text's enunciator, as it exercises the freedom to move with fluidity and sensitivity through the alleyways of genders. Performativity is woven and guided by the compass of activism, which dissolves the boundaries between art and life.

KEYWORDS: Travestism. Transexuality. Territoriality. Prostitution. Gender identity

Letícia Carolina Boffi

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Bolsista de Doutorado PROEX (Programa de Excelência Acadêmica) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código de Financiamento: 88887.820864/2023-00. Coordenadora do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero – VIDEVERSO. Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-USP). Investiga temas relacionados às transexualidades, saúde e políticas públicas.

e-mail: leticiaboffi@gmail.com; leticiaboffi@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9198-8963>

Manoel Antônio dos Santos

Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Livre-Docente em Psicoterapia Psicanalítica pela mesma instituição. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-USP) e do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero - VIDEVERSO. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



e-mail: masantos@ffclrp.usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Recebido em: 16/03/2024

Aprovado em: 13/12/2024